

Comissão Central de Pós-
Graduação
CCPG



Ata
422^a Reunião
Ordinária

04/12/2024

Sala do CONSU

1 ATA DA QUADRIGENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA (422^a) REUNIÃO DA COMISSÃO
2 CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO. Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e vinte
3 e quatro, às nove horas, na Sala de Reuniões do Conselho Universitário (CONSU), na
4 Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, reuniu-se a
5 Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG), sob a presidência da Professora Doutora
6 **Raquel Meneguello** e com o comparecimento dos seguintes Membros: Alexandra Christine
7 Helena Frankland Sawaya (FCF), Ângelo José Fernandes (IA), Claudio Chrysostomo
8 Werneck (IB), Cristiane Machado (FE), Daniel Albiero (FEAGRI), Elaynne Rohem Peçanha
9 (Representante discente titular – IQ), Enelton Fagnani (FT), Luiz Fernando Bittencourt (IC),
10 Marcos Julio Rider Flores (FEEC), Marko Synésio Alves Monteiro (IG), Mauro Cardoso
11 Simões (FCA – Vice-Presidente CCPG), Melissa Gurgel Adeodato Vieira (FEQ), Nashieli
12 Cecilia Rangel Loera (IFCH), Orlando Luis Goulart Peres (IFGW), Paulo Sérgio Fracalanza
13 (IE), Renata Cristina Gasparino (FENF) e Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP). Estiveram
14 presentes o Prof. Evandro Ziggatti Monteiro substituindo o Prof. Tiago Zenker Gireli
15 (Coordenador CPG/FECFAU), o Prof. Sergio Pflanze Junior substituindo a Profa. Liliana
16 de Oliveira Rocha (Coordenadora CPG/FEA), o Prof. Eduardo Garibaldi substituindo o Prof.
17 Plamen Emilov Kochloukov (Coordenador CPG/IMECC), a Profa. Cláudia Regina Cavaglieri
18 substituindo a Profa. Lígia de Moraes Antunes Correa (Coordenadora CPG/FEF) e a Sra.
19 Adriane Martins Soares Pelissoni substituindo o Prof. Sávio Machado Cavalcante (DEAPE).
20 Justificaram ausência a Profa. Márcia Azevedo de Abreu (Coordenador CPG/IEL), o Prof.
21 Marco Lucio Bittencourt (Coordenador CPG/FEM), o Prof. José Guilherme
22 Cecatti (Coordenador CPG/FCM) e o Prof. Carlos Henrique Inacio Ramos (Coordenador
23 CPG/IQ). Estiveram presentes a Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG),
24 o Prof. Elias Basile Tambourgi (Assessor PRPG), o Sr. Fernandy Ewerardy de Souza
25 (DAC), a Sra. Cristina Ferreira de Souza (Assessora de Gabinete da PRPG), a Sra. Isabela
26 Geanfrancesco Giroto (Diretoria Acadêmica da PRPG) e a Sra. Juliana Cristina Barandão
27 (Assistente Técnica da CCPG). A **Sra. Presidente** cumprimentou os presentes. Dando
28 início à reunião informou as substituições e justificativas de ausência. Colocou em
29 discussão a Ata da 420^o Reunião Ordinária da Comissão Central de Pós-Graduação
30 (CCPG) realizada em 09/10/2024. Não havendo nenhuma manifestação, colocou para
31 apreciação do plenário a Ata, que foi aprovada com uma (1) abstenção. Colocou em

1 discussão a Ata da 421ª Reunião Ordinária da Comissão Central de Pós-Graduação
2 (CCPG) realizada em 13/11/2024. Não havendo nenhuma manifestação, colocou para
3 apreciação do plenário a Ata, que foi aprovada com três (3) abstenções. Colocou em
4 discussão à Ordem do Dia. Perguntou se havia algum destaque a ser feito. Não havendo,
5 colocou em votação os itens não destacados da pauta, que foram aprovados por
6 unanimidade. **ORDEM DO DIA:** ITEM 3. ACORDOS. a) ALTERAÇÃO DO TERMO
7 ADITIVO DO ACORDO DE COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IC) E A
8 UNIVERSITÄT BERN (SUIÇA) – SR. MÁRCIO MORAES LOPES. PROC. 34-P-28044/2024
9 (d). IC - Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Claudia Vianna Maurer Morelli
10 (Assessora da PRPG). Fls. 40 a 61. (Deliberação CCPG Nº 112/2024). b) ACORDO DE
11 COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IB) E A UNIVERSIDAD DE LA
12 REPÚBLICA - UDELAR (URUGUAI) – SR. FEDERICO HERNÁN GARRIDO DE LEÓN.
13 PROC. 07-P-40996/2024 (d). IB - Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Claudia
14 Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 62 a 87. (Deliberação CCPG Nº
15 113/2024). c) ADENDO Nº 03 AO ACORDO DE COTUTELA INTERNACIONAL DE TESE
16 FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IEL) E A UNIVERSIDADE DE PARIS (FRANÇA) – SRA.
17 MARIE-LOU THÉRÈSA MARIETTE LERY-LACHAUME. PROC. Nº 21-P-11410/2021 (d).
18 IEL – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora
19 da PRPG). Fls. 88 a 101. (Deliberação CCPG Nº 114/2024). d) ACORDO DE COTUTELA
20 INTERNACIONAL DE MESTRADO FIRMADO ENTRE A UNICAMP (FCA) E A
21 UNIVERSIDADE DE MACERATA (ITÁLIA) – SRA. JAQUELINE VICTORIA CORDOVIL.
22 PROC. Nº 36-P-44273/2024 (d). FCA – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia
23 Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 102 a 150. (Deliberação CCPG Nº
24 115/2024). e) ACORDO DE COTUTELA INTERNACIONAL DE MESTRADO FIRMADO
25 ENTRE A UNICAMP (FCA) E A UNIVERSIDADE DE MACERATA (ITÁLIA) – SR.
26 GUILHERME TAKIGAWA GOMES DE MELLO. PROC. Nº 36-P-44263/2024 (d). FCA –
27 Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da
28 PRPG). Fls. 151 a 199. (Deliberação CCPG Nº 116/2024). f) ACORDO DE COTUTELA
29 INTERNACIONAL DE MESTRADO FIRMADO ENTRE A UNICAMP (FCA) E A
30 UNIVERSIDADE DE MACERATA (ITÁLIA) – SR. VINÍCIUS ANTONIO NEVES DE
31 OLIVEIRA. PROC. Nº 36-P-44276/2024 (d). FCA – Parecer favorável exarado pela Profa.

1 Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 200 a 248. (Deliberação
2 CCPG Nº 117/2024). g) ACORDO DE COTUTELA INTERNACIONAL DE TESE FIRMADO
3 ENTRE A UNICAMP (IG) E A UNIVERSIDAD DE MÁLAGA (ESPANHA) – SR. RODRIGO
4 DÁVILA BOLLIGER. PROC. Nº 22-P-41046/2024 (d). IG – Parecer favorável exarado pela
5 Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 249 a 276.
6 (Deliberação CCPG Nº 118/2024). ITEM 4. PROGRAMA DAS ATIVIDADES E CATÁLOGO
7 DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. a) PROC. 11-P-21069/2024 (d). IQ – Oferecimento
8 da seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2024:
9 QP638 – “Tópicos Especiais em Físico-Química VI: "Síntese e Aplicações de Copolímeros".
10 Turma A. Carga Horária Total: 15 horas (1 crédito). Período: 2º semestre de 2024.
11 Oferecimento: Dr. Jorge Fernando Jordão Coelho (Universidade de Coimbra, Portugal). Fls.
12 277 a 285. (Deliberação CCPG Nº 119/024). ITENS DESTACADOS. ITEM 1. PROPOSTA
13 DE INTEGRAÇÃO DO INSTITUTO DE BIOLOGIA COMO UNIDADE ACADÊMICA DO
14 PROGRAMA MULTIUNIDADES EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA (PECIM).
15 PROC. Nº 01-P-4426/2009. PECIM – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Claudia
16 Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 05 a 17. (Deliberação CCPG Nº
17 110/2024). A **Sra. Presidente** explicou que o item se tratava da proposta de integração do
18 Instituto de Biologia ao Programa PECIM. Informou que, para a efetivação da referida
19 inclusão, era necessária, preliminarmente, a sua aprovação pela CCPG. Em sendo
20 aprovada, posteriormente, seria feita a consequente alteração do Regulamento do PECIM,
21 a qual seria submetida àquele plenário. Disse que tinha feito aquele destaque para
22 mencionar que o programa passaria a ter uma nova sede, a Faculdade de Educação.
23 Explicou que, por se tratar de um programa multiunidades, havia um certo rodízio da
24 coordenação e das sedes físicas entre as unidades acadêmicas participantes, que
25 acontecia em um menor tempo do que aquele que estava sendo proposto. Esclareceu que,
26 após reuniões com as unidades envolvidas, ficou decidido que, por conta das avaliações
27 da CAPES e das dificuldades enfrentadas para a realização das mudanças físico-
28 administrativas do programa, o rodízio passaria a ser feito a cada doze anos. O Programa
29 de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, que tinha foi um dos fundadores do PECIM,
30 tinha se apresentado como a primeira sede daquele novo rodízio, do qual fariam parte o
31 IFGW, o IQ, o IG e o IB. Adicionalmente, informou que, por ser multinunidades, a secretária

1 e o estagiário do programa eram funcionários da PRPG. Concluindo sua explanação, disse
2 que o que estava sendo submetido à CCPG naquele momento era a aprovação da inclusão
3 de uma nova unidade ao PECIM, o IB, que tinha aderido àquela proposta acadêmica de
4 formação de profissionais em Ciências e Matemática. Perguntou se alguém gostaria de se
5 manifestar. Como ninguém se manifestou, colocou em votação o Item 1, que foi aprovado
6 por unanimidade. Em seguida, a **Sra. Presidente** passou para o ITEM 2. ACORDO DE
7 COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A PRPG/UNICAMP E A CAPES NO ÂMBITO DO
8 PROGRAMA DE GOVERNANÇA COLABORATIVA DE INFORMAÇÕES DA PÓS-
9 GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (GOPG). Homologação da aprovação ad referendum da
10 CCPG de 26/11/2024. PROC. 01-P-43773/2024. Convênio Digital 95538. PRPG – Parecer
11 favorável exarado DETIC e INOVA. Fls. 18 a 39. (Deliberação CCPG Nº 111/2024).
12 Esclareceu que o destaque daquele item se deu devido à necessidade de falarem sobre o
13 Programa GoPG e de uma possível inovação e facilitação aos coordenadores de pós-
14 graduação. O Programa tinha sido lançado no ano anterior. Tratava-se de uma nova
15 plataforma criada pela CAPES para a integração de dados. Entretanto, para fazer a relação
16 direta com os dados das universidades e instituições, era necessária a prévia adesão a um
17 acordo de cooperação. Como, na oportunidade do lançamento do Programa, o Reitor da
18 UNICAMP estava na CAPES, ele tinha feito uma assinatura real, mas simbólica, do
19 Convênio. Como o documento formal, com um parecer jurídico, tinha que ser brevemente
20 encaminhado para a CAPES, ela o tinha aprovado “ad referendum” da CCPG. Informou
21 que a CAPES estava fazendo uma série de inovações na Plataforma Sucupira para adequá-
22 la ao GoPG. Já havia, inclusive, uma Sucupira adiantada, que era a Sucupira Beta. Disse
23 que, era fato que a adesão da Unicamp ao Programa iria facilitar o processamento e a
24 administração dos dados pelos coordenadores e envolveria a DAC. A implementação
25 daquele convênio seria demorada, porque, tanto o DETIC como o EDAT da UNICAMP,
26 tiveram que entrar em contato com a CAPES para se inteirarem e verificarem todas as
27 possibilidades e necessidades, não só físicas, mas de intercâmbio de dados para sua
28 efetivação. Como se tratava do mesmo assunto, disse que iria antecipar um ponto sobre o
29 qual ela iria falar no Expediente, que dizia respeito às plataformas que vinham sendo a ela
30 apresentadas para melhorar a maneira de coordenar os dados da pós-graduação e, assim
31 sendo, facilitar a vida dos coordenadores. Como a Plataforma Atena tinha sido uma das

1 mais mencionadas, informou que a PRPG tinha feito uma reunião com o coordenador
2 daquela Plataforma, para verificar se seria o caso de a universidade fazer uma assinatura
3 para cada um dos programas de pós-graduação. Informou que o coordenador da Atena era
4 um ex-funcionário da CAPES. Após a explicação dada por ele de como o sistema
5 funcionava, foi constatado que a plataforma não apresentava nenhuma novidade. O
6 sistema apenas coordenava dados numa plataforma, num software comum que o
7 coordenador sabia fazer. Considerava que havia apenas duas possibilidades
8 interessantes naquela Plataforma. Uma delas era a de que permitia ao coordenador, por
9 exemplo, em rápido tempo, saber quais seriam os seus melhores pontos e a outra era saber
10 quais seriam os itens de destaque para serem colocados no relatório. Entretanto, quando
11 questionado sobre o valor da assinatura anual, ele informou que era de R\$ 9.600,00 por
12 programa de pós-graduação. Assim sendo, para atender 80 programas de pós-graduação
13 o valor necessário seria de mais de oitocentos mil reais por ano. Mesmo o coordenador da
14 Plataforma informando que seria possível negociar o preço e que ele poderia cair pela
15 metade, seria inviável. Considerava que não havia motivo justificável para a UNICAMP
16 investir aquele valor em uma assinatura anual para poder dar conta, inclusive de itens que
17 a própria Plataforma ainda não tinha desenvolvido. Concluindo, disse que, em sua opinião,
18 a Plataforma Atena não trazia um ganho que justifica o seu custo. Não sabia se algum
19 coordenador tinha outra indicação de plataforma, mas informou que estava aberta a novas
20 sugestões. Por enquanto, a PRPG estava apostando no GoPG. A Unicamp estava fazendo
21 o investimento institucional, que parecia o mais óbvio, junto à CAPES e esperando ajudar
22 aquela integração de dados. O conselheiro **Prof. Dr. Orlando Luis Goulart Peres** pediu a
23 palavra e disse que gostaria de levantar dois pontos que tinham sido notados no Instituto
24 de Física e no Relatório de Avaliação Institucional. Um deles referia-se à questão da
25 perenidade dos dados. Às vezes, os dados eram guardados por uma única pessoa. Se ela
26 mudava de setor ou se aposentava, a perenidade dos dados poderia ser comprometida.
27 Outro ponto, dizia respeito ao pessoal administrativo que estava sendo sobrecarregado.
28 Além daquele fato, havia servidores que estavam trabalhando há muito tempo na pós-
29 graduação e detinham uma vasta bagagem e muita experiência. A preocupação era sobre
30 o que aconteceria quando elas se aposentassem. Disse que a Física já teve quatro
31 funcionários na pós-graduação, atualmente contava com apenas dois. Estavam tentando

1 contratar mais um funcionário, mas estava difícil. Era fato que o Coordenador passava, mas
2 a secretaria ficava. A **Sra. Presidente** retomou a palavra e afirmou que não se tratava
3 apenas da perenidade do dado, mas também da memória dos procedimentos. Talvez, a
4 utilização de um sistema que fosse um pouco mais centralizado na própria CAPES e na
5 instituição permitisse que os dados não ficassem apenas na Secretaria. Se houvesse uma
6 maneira mais institucional de geri-los, seria mais adequado. A **Profa. Dra. Cláudia Regina**
7 **Cavaglieri** pediu a palavra e disse que concordava com a Profa. Rachel, no que dizia
8 respeito à assinatura da Plataforma Atena, porque, principalmente, em uma próxima
9 avaliação, dependendo da área, haveria muitos critérios qualitativos. Assim sendo, não
10 tinha sentido apostar num financiamento tão alto para questões que seriam quantitativas.
11 Afirmou que o fato de haver heterogeneidade de critérios de áreas era um limitador. Seu
12 posicionamento era que, realmente, que a Universidade não deveria comprar uma
13 plataforma tão cara que não iria se adequar a todos os programas. Sobre o GoPG,
14 considerava importante a questão do retrabalho. Para a extração dos dados os professores
15 teriam que preencher o sistema no local adequado. Em sua opinião, seria preciso um
16 tutorial para facilitar a atuação do professor e evitar o preenchimento de dados em locais
17 inadequados. Exemplificou dizendo que o Currículo Lattes dela estava super atualizado,
18 mas quando fazia o RADEP, nem tudo aparecia. Ela inseria as informações nos lugares
19 que o próprio Lattes indicava, mas, na hora de extrair, o RADEP estava puxando de um
20 lugar diferente, e a informação não aparecia. Assim sendo, reafirmou que para o GoPG ser
21 bem utilizado, em sua opinião, seria necessária uma capacitação para evitar aquele tipo de
22 equívoco e o retrabalho. Também achava importante chamar a comunidade para a
23 corresponsabilidade do seu respectivo programa. Porque todos consideravam que o
24 coordenador e a secretária eram os únicos responsáveis pelo preenchimento dos dados.
25 Se passassem a fazer a extração de dados diretamente do Currículo Lattes e dos seus
26 identificadores, como por exemplo, ORCID ID, Researcher ID, iria funcionar muito bem se
27 o professor preenchesse adequadamente suas informações. Caso ele não o fizesse, seria
28 um problema sério, pois dados do programa e dados institucionais poderiam ser perdidos.
29 Então, em sua opinião, de alguma maneira, aquelas situações precisariam ser amarradas.
30 Como estava há mais de quatro anos longe da gestão da pós-graduação, questionou se os
31 colegas saberiam informar como seria feita a extração de dados sobre livros e de capítulos

1 de livro. Considerava que aquela não era uma questão simples. Quando se tratava de
2 resumos, seria fácil de pegar, mas para os livros e capítulos de livro, talvez, seria necessário
3 algum outro identificador para fazer a extração. Como a Faculdade de Educação Física
4 tinha também uma parte de ciências humanas e sociais com uma produção significativa,
5 estava, de fato, preocupada com aquela questão. A **Sra. Presidente** retomou a palavra e
6 disse que considerava que não estava claro, nem para a própria CAPES, como seria feita
7 a análise qualitativa dos livros e capítulos de livros na avaliação. No ano anterior, quando
8 ela estava, inclusive, em um Comitê da área de Humanas da CAPES, eles tinham passado
9 cerca de dez dias na CAPES, ou na instituição do coordenador da área, fazendo a avaliação
10 de livros. Se o mesmo procedimento fosse adotado para a próxima avaliação, seria um
11 problema. Aquela estratégia poderia ter sido fruto de um plano elaborado anteriormente,
12 mas que para o presente não faria sentido adotá-lo. O Coordenador da Plataforma Atena
13 tinha falado que eles não sabiam como iriam fazer a adaptação no sistema para contemplar
14 os livros e os capítulos de livros. Se o próprio gestor de dados não sabia como resolver
15 aquela questão, de fato, não adiantaria investir naquela Plataforma. Acreditava que a
16 avaliação atual não seria problema, porque ela ainda estava sub judice e, por aquele
17 motivo, ela não poderia sofrer nenhuma alteração. Entretanto, achava que a próxima
18 avaliação seria um pouco mais complicada. Certamente, haveria um grande investimento
19 dos coordenadores de área para que fossem feitas as adaptações necessárias. A **Profa.**
20 **Dra. Cláudia Regina Cavaglieri** complementou dizendo que, além do Coordenador de
21 área, a Comissão que iria se dedicar àquele trabalho precisaria estabelecer critérios que
22 fossem transparentes e reprodutíveis entre eles. Em sua opinião, a reprodutibilidade da
23 avaliação entre os coordenadores teria que ser feita, porque, a análise de algumas áreas
24 eram subjetivas e cada um poderia ter um olhar diferente com relação ao mesmo ponto e,
25 aquele fato poderia ser um problema. O conselheiro **Prof. Dr. Claudio Chrysostomo**
26 **Werneck** pediu a palavra e disse que gostaria de reforçar o que a Profa. Cláudia Cavaglieri
27 falou sobre a inserção de dados. Relatou que no IB havia uma professora que tinha mexido
28 no Currículo Lattes dela por três vezes até conseguir colocar e verificar que a informação
29 realmente estava no devido lugar. Considerava que não bastaria apenas a criação de um
30 tutorial. Em sua opinião, deveria haver um curso de capacitação, tipo extensão. Ele seria
31 importante para os professores, para os funcionários que trabalhavam na pós-graduação e

1 até para a formação do aluno. Era essencial que todos tivessem a clareza do que cada um
2 estava fazendo e onde a informação deveria ser adicionada. Sabia que no IB, por exemplo,
3 havia professores que achavam que a única informação importante a ser inserida no Lattes
4 era a publicação, o número de *papers*. E, assim sendo, deixavam de inserir outros dados
5 que seriam importantes para a avaliação do programa. Com a mudança do foco da
6 avaliação para termos qualitativos, aquilo seria um problema. Muita informação não estava
7 sendo inserida nos Currículo Lates porque os docentes não sabiam ao certo onde colocá-
8 las. Considerava, portanto, que a ideia do curso deveria ser reforçada e a sua realização
9 deveria ser feita dentro da pós-graduação juntamente com a extensão. Continuando sua
10 fala, disse que não conhecia o GoPG e perguntou se a Profa. Rachel poderia falar um pouco
11 mais sobre aquele Programa. A **Sra. Presidente** esclareceu que sistema ainda não estava
12 pronto. Tratava-se de um convênio, de um programa de integração de dados da Plataforma
13 Sucupira com os dados da instituição. Cada instituição, cada universidade, estava
14 celebrando um convênio específico com a CAPES. O setor técnico da CAPES e o setor
15 técnico da universidade iriam fazer a integração de dados para que houvesse uma gestão
16 mais adequada e mais efetiva dos dados da Sucupira, puxando dados da universidade e
17 vice-versa. A ideia era que haveria um sistema novo de gestão de dados da pós-graduação.
18 Decorria daquilo a ideia que a CAPES tinha de fazer um censo da pós-graduação e utilizaria
19 o sistema para levantar, por exemplo, o número real de alunos e a quantidade deles que
20 eram negros, quem eram os alunos PCD e onde estariam as deficiências. Tudo seria
21 promovido a partir daquela integração de dados institucionais. Quanto ao comentário que
22 o Prof. Cláudio tinha feito sobre a inserção feita pelos docentes, seria necessária uma
23 mudança cultural. Considerar que somente era relevante o artigo publicado na revista, era
24 um tipo de atitude que, talvez, não fosse modificada apenas com um tutorial, mas sim com
25 uma mudança da percepção do trabalho na universidade. Poderia ser que aquela
26 concepção fosse alterada depois que o Prof. Collis informou que não iriam mais dar o peso
27 que sempre tinha sido dado para determinados jornais com X fator de impacto dentro da
28 avaliação. Assim sendo, os docentes teriam que mudar o olhar e passarem a ver a
29 importância daquilo que eles faziam, mesmo que não fosse a publicação no principal jornal
30 com o maior fator de impacto. Considerava que aquela questão iria além do tutorial. O
31 conselheiro **Prof. Dr. Claudio Chrysostomo Werneck** disse que aquela situação estava

1 muito baseada na questão do perfil e progressão de carreira. No IB, o que era considerado
2 para a progressão na carreira era o número de *papers*. E era apenas aquele dado que era
3 considerado. A **Sra. Presidente** disse que não iria entrar naquela discussão, mas informou
4 que havia uma sugestão para que as unidades, no próximo ano, revisassem seus perfis de
5 carreira, pois alguns daqueles perfis eram perversos, muito limitados e não contemplavam
6 uma série de atividades que a vida acadêmica possuía. O conselheiro **Prof. Dr. Orlando**
7 **Luis Goulart Peres** pediu a palavra e disse que, na última avaliação que tinham que
8 recolher os livros, nenhum dos professores da Física os tinham adicionado ao Lattes.
9 Entretanto, a biblioteca da Física fazia a busca daquela inserção. Assim sendo, eles tinham
10 o acesso àquela informação de forma bem confiável na biblioteca do Instituto. E, sobre a
11 questão do GoPG, informou que ele estava presente na assinatura do convênio. Informou
12 que a CAPES estava tentando fazer um sistema para também puxar dados de outras
13 plataformas. Era importante que o sistema enxergasse as informações inseridas no
14 “meusdados.capes.gov.br”. Ele já tinha entrado no sistema e verificado que tinha umas
15 informações erradas sobre a pós-graduação dele e já as tinha corrigido. Acreditava que,
16 com o GoPG, o acesso às informações seria muito melhor. A **Sra. Presidente** reforçou que,
17 a princípio, a ideia era poder fazer uma gestão mais eficaz dos dados. Terminados os
18 esclarecimentos colocou em votação a aprovação “ad referendum” do convênio, que foi
19 aprovado por unanimidade. Em seguida, informou que antes de passar para os itens do
20 Expediente, faria a apresentação da nova equipe do setor financeiro da PRPG. Apresentou
21 o novo Diretor Sr. Bruno e a nova funcionária Sra. Cláudia. Informou que, quando houvesse
22 algum problema ou alguma dúvida a ser esclarecida, todos deveriam se dirigir a eles.
23 Esclareceu que a Sra. Marli, antiga funcionária da PRPG, quis mudar de área e de cidade
24 e, assim sendo, ela tinha aceitado o convite do Prof. Valentin para atuar junto à FOP. Disse
25 que estava muito feliz com os novos membros da equipe financeira e agradeceu a ambos.
26 Em seguida, passou para o primeiro item do Expediente: Relatório do GP de Notório Saber.
27 Disse que passaria a palavra para a Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer para que ela falasse
28 sobre aquele item. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli** cumprimentou a todos e
29 disse que o GT tinha sido formado em virtude de um documento elaborado pelo Programa
30 de Antropologia Social, do IFCH, no qual era apresentada uma reflexão que eles tinham
31 feito naquela unidade sobre a inclusão ou o reconhecimento de saberes tradicionais dentro

1 da pós-graduação. Relatou que a Prof. Nashieli tinha apresentado aquele documento na
2 CCPG e, na ocasião, tinha havido um consenso de que deveria ser formado um GT da
3 PRPG ou da CCPG, para que fossem pensadas as possibilidades daquela inclusão.
4 Naquele sentido, a CCPG criou um GT com o objetivo de discutir e avaliar as possibilidades
5 para a implementação de uma política de reconhecimento de notório saber na pós-
6 graduação da universidade. O reconhecimento e a valorização daqueles saberes
7 melhorariam ou agregariam a diversidade de conhecimento para a formação dos alunos da
8 Unicamp e na produção do conhecimento gerado. Esclareceu que várias universidades já
9 adotavam aquela política de inclusão. Informou que o GT, em seu relatório, tinha,
10 basicamente, colocado três questões, que norteariam os critérios para a inclusão daqueles
11 mestres. Os candidatos deveriam ser reconhecidos de uma maneira formal ou informal.
12 Para isso, uma Instrução Normativa deveria ser criada para delimitar o que seria o
13 reconhecimento formal ou informal. Em seguida, deveria ser definido como seria o processo
14 de outorga dentro da universidade. Então, o GT sugeriu que, para iniciar o processo de
15 reconhecimento, o candidato tinha que ser indicado por alguém do programa, que
16 reconhecesse que aquele conhecimento era importante e complementava algo que era feito
17 dentro do programa. Depois, seria solicitado um documento - o GT sugeriu que fosse um
18 memorial - que poderia ser elaborado pelo candidato, ou pelo professor que o estaria
19 indicando, ou por uma Comissão constituída pela unidade para aquele fim. Após a instrução
20 do processo com aqueles documentos, a solicitação deveria ser aprovada por todas as
21 instâncias, em obediência a todos os trâmites institucionais definidos para o seu
22 reconhecimento. Uma vez aprovado o reconhecimento, o GT sugeriu que o indivíduo
23 pudesse fazer a coorientação de alunos regulares dos programas de pós-graduação,
24 oferecendo então uma perspectiva complementar baseada no seu saber tradicional. Ele
25 também poderia ministrar disciplinas, tanto teóricas quanto práticas, e, com isso, estaria
26 contribuindo para a disseminação de conhecimentos específicos da sua expertise. Também
27 seria permitida a participação em bancas examinadoras, com direito a voto, desde que
28 fossem membros adicionais à banca. Com a adoção daquelas condições e procedimentos,
29 o GT entendeu que seria possível reconhecer e dar uma maior visibilidade para aqueles
30 indivíduos. Concluindo o Relatório, o GT colocou que, a implementação de uma política de
31 reconhecimento do notório saber na pós-graduação, não somente enriqueceria a formação

1 acadêmica, mas também promoveria um espaço acadêmico mais inclusivo, fomentando
2 maior engajamento entre universidade e sociedade. Finalizando sua exposição, informou
3 que o GT foi presidido por ela e contou com os seguintes membros: Prof. Cláudio, Prof.
4 Daniel, Prof. Guilherme Cecatti, o Prof. Marko, da FEM, o Prof. Pedro, a Profa. Liliana, a
5 Profa. Nashieli, a Profa. Rosângela e com a discente Maiane. A **Sra. Presidente** informou
6 que aquele item estava no Expediente para que, no futuro, em uma próxima reunião da
7 CCPG ele fosse incluído como item de pauta para aprovação como ele foi apresentado ou
8 com as mudanças sugeridas pelos membros da CCPG. Em seguida, passou a palavra para
9 a Profa. Nashieli para que ela explicasse um pouquinho da origem daquela demanda. A
10 conselheira **Profa. Dra. Nashieli Cecilia Rangel Loera** cumprimentou a todos e disse que
11 a iniciativa não tinha sido dela, mas sim do Programa de Pós-graduação em Antropologia
12 Social e de uma discussão mais ampla que ocorreu no IFCH. Desde 2015, em várias
13 universidades no Brasil, já se via uma discussão formalizada daquela questão. Em muitas
14 delas já tinham sido institucionalizadas políticas de reconhecimento de notório saber.
15 Inclusive, na semana anterior, a USP tinha publicado uma Portaria para a implementação
16 de uma cátedra de notório saber naquela universidade. Em novembro de 2022, o Conselho
17 Superior da UNILA também tinha aprovado a sua política de notório saber. Assim sendo,
18 em sua opinião, a Unicamp estava atrasada em relação a outras universidades. Explicou
19 que o documento inicial continha aproximadamente umas doze páginas e ele tinha circulado
20 em todas as coordenações de programas e nele havia uma nota que especificava quais as
21 universidades brasileiras e estrangeiras que já tinham implementado políticas de
22 reconhecimento de notório saber. Considerava que a base daquela discussão era
23 justamente o reconhecimento de outros regimes de saber, de conhecimento importantes
24 para a troca e para uma democratização do que era feito como conhecimento na
25 universidade. Achava que, durante muito tempo, em mais umas áreas do que em outras,
26 tinha sido feito um tipo de conhecimento extrativo. A ideia era que, a partir daquele
27 momento, fosse reconhecido aqueles outros saberes que eram tão válidos quanto os
28 saberes produzidos também na universidade. Informou que o GT realizou várias reuniões
29 e, como ele era composto de membros de diferentes áreas, houve muitas diferenças de
30 opiniões, mas eles tinham conseguido chegar em um consenso e produziram um
31 documento que contemplava todas as discussões realizadas. Afirmou que a proposta

1 apresentada no relatório estava aberta para discussão do plenário. A **Profa. Dra. Cláudia**
2 **Vianna Maurer Morelli**, confirmando a fala da Profa. Nashieli, disse que a implementação
3 daquela política, realmente, seria mais importante para algumas áreas do que para outras,
4 mas era importante que existisse aquela oportunidade de inclusão dentro da universidade.
5 O Instituto de Artes, por exemplo, era um dos que tinham manifestado seu interesse por
6 aquela política de reconhecimento, pois havia muitos artistas que não tinham um Phd e que
7 poderiam ajudar os programas do IA com os seus conhecimentos. Assim sendo, era
8 importante que a Universidade tivesse aquela política dentro da pós-graduação, para quem
9 dela precisasse. Entretanto, era sabido que ela não seria por todos utilizada. A **Profa. Dra.**
10 **Cláudia Regina Cavaglieri** pediu a palavra e disse que, primeiramente, gostaria de
11 parabenizar o IFCH e a universidade por um momento tão rico de reflexão. Em uma
12 universidade inclusiva era necessário ter que se ressignificar. Citou como exemplo a
13 entrada na universidade dos povos originários que fez com que todos acabassem alterando
14 as suas maneiras de olhar. Aquele era um momento muito bonito de se viver. Saíram
15 daquele rigor metodológico muito duro e seriam incluídos outros saberes no cotidiano, que
16 não poderiam ser menosprezados de maneira nenhuma. Considerava que a Comissão
17 tinha realizado um excelente trabalho. Achava que a proposta apresentada de possibilidade
18 de coorientação, do oferecimento de disciplina, da participação complementar em banca,
19 não iria, de maneira nenhuma, atrapalhar a dinâmica da pós-graduação, nem na avaliação,
20 se aquela fosse uma preocupação dos coordenadores. Em sua opinião, todos só teriam a
21 ganhar naquele processo. Afirmou que não tinha nenhuma sugestão de modificação da
22 proposta apresentada pelo GT. Disse que, na Faculdade de Educação Física, eles já
23 tiveram professores que trabalhavam com esporte dos povos originários, que tinham
24 Olimpíadas, jogos e competições, que não eram parametrizadas, e para os quais nem havia
25 treinamento, mas existiam e eram muito tradicionais em algumas regiões. Informou que,
26 naquele momento, estava ocorrendo na FEF um congresso do circo. Disse que, para todos
27 terem uma ideia, a FEF tinha uma parceria com o Circo de Soleil e havia, inclusive, ex-
28 alunos atuando naquele Circo. Aquele também era uma forma de produção de
29 conhecimento. Em sua opinião, considerava que era superimportante o reconhecimento da
30 existência de outros conhecimentos além da universidade, fora da métrica do laboratório,
31 que eram perdidos normalmente, e que poderiam somente trazer ganhos em termos de

1 olhares. Finalizando sua fala, novamente parabenizou todos os membros do GT. A **Sra.**
2 **Presidente** agradeceu a Profa. Cláudia pelas palavras e pela avaliação das possibilidades
3 que a política de reconhecimento do notório saber abriria para a universidade ao acolher
4 as diferenças e mudar um pouco o seu perfil, sem prejudicar tudo aquilo que já vinha sendo
5 feito há setenta anos. Perguntou se alguém mais gostaria de fazer algum comentário. Como
6 não houve manifestações, disse que a ideia era que todos levassem a proposta do GT para
7 as suas respectivas comissões e que na próxima reunião da CCPG ela seria submetida à
8 avaliação do Plenário. Dando prosseguimento à reunião, disse que, como tinham acabado
9 de mencionar a questão dos povos originários, gostaria de fazer um alerta e um
10 aconselhamento. Os coordenadores que estivessem elaborando seus editais de seleção
11 deveriam neles adicionar a previsão da proficiência em língua portuguesa ou libras para
12 eventuais candidatos de povos originários (indígenas) ou para PCDs que faziam uso da
13 língua de sinais. Alertou os presentes para o fato de que o candidato indígena poderia sim
14 optar pela língua portuguesa como proficiência, porque a língua original dele não era a
15 língua portuguesa, e o candidato com deficiência, que usava a língua de libras como sua
16 língua original, e que era uma língua oficial brasileira, poderia também optar pela língua
17 portuguesa para sua proficiência. Aquele procedimento acolheria as diferenças e sobretudo
18 evitaria problemas com relação aos próprios editais, como recentemente tinha acontecido
19 com o Instituto de Artes. O conselheiro **Prof. Dr. Marko Synésio Alves Monteiro** pediu a
20 palavra e disse que, aproveitando-se do tema da proficiência, gostaria de questionar como
21 eles deveriam proceder no caso de candidato estrangeiro que se submetia ao processo
22 seletivo e na entrevista virtual tivesse ficado claro que era apto, mas que não falava
23 português. Certamente, se aprovado, aquele aluno não teria condições de acompanhar as
24 aulas. Perguntou se daquele tipo de candidato eles poderiam exigir a proficiência em
25 português para ingresso no programa. A **Sra. Presidente** respondeu que aquela seria uma
26 decisão a ser tomada pelo programa, mas ela deveria estar muito explícita no Edital de
27 Seleção. Continuando a reunião, disse que, como aquela era a última reunião do ano,
28 achava interessante mencionar o que tinha sido realizado em 2024, inclusive no campo das
29 ações afirmativas. Primeiramente, iria falar sobre as cotas étnico-raciais, que era um
30 assunto do ano anterior, que tinha sido aprovado pelo Conselho Universitário, e que a
31 PRPG vinha procurando implantar, fazendo, inclusive, orientações para sua efetivação.

1 Naquele sentido, foi criado dentro da PRPG um Núcleo de Inclusão, do qual alguns
2 membros da CCPG eram membros. Era sabido que, em algum momento, eles teriam a
3 tarefa de fazer uma avaliação do sucesso na questão das cotas étnico-raciais nos
4 programas de pós-graduação da universidade. A boa notícia era que, atualmente, 84,3%
5 dos programas aplicavam as cotas étnico-raciais. Anteriormente à aprovação do CONSU,
6 cerca de 40 programas já tinham tido a iniciativa de adotar o sistema de cotas. Atualmente,
7 84 programas já tinham aderido àquela política de inclusão. Considerava que a adesão dos
8 programas estava sendo muito boa. Naquela mesma linha, outro ponto que ela queria
9 destacar era o dos alunos ou candidatos com deficiência. Em meados de 2024, tinha sido
10 aprovada na CCPG uma Instrução Normativa, que foi aprovada por unanimidade por todos
11 os programas e por todas as unidades, que determinava que, na eventualidade da
12 existência de candidatos aprovados nas seleções de pós-graduação, o programa teria duas
13 vagas adicionais. Adicionalmente informou que, como havia um recurso disponível no
14 planejamento estratégico, após conversas com os órgãos que tratavam daquele tipo de
15 questão dentro da Unicamp, e a constatação de que a Universidade precisava de um pouco
16 mais de equipamentos para alunos com deficiência visual, a PRPG comprou um teclado
17 braile, uma lupa eletrônica, uma rotuladora braile, uma impressora e uma máquina de
18 escrever em braile. Os equipamentos adquiridos ficariam na PRPG e, na medida em que o
19 programa tivesse um candidato ou um aluno ingressante com deficiência visual, ele
20 solicitaria a cessão do equipamento pelo tempo necessário para a formação daquele aluno.
21 No Conselho Universitário da semana passada, que tinha acabado no dia anterior, foi
22 aprovada a política de cotas PCD para o ingresso de docentes na universidade. Era uma
23 iniciativa muito importante para a política de ação afirmativa da Unicamp que se casava
24 muito bem com as ações da PRPG, pois só haveria professores PCD ingressantes nas
25 muitas áreas se a universidade os formar. Aquela tinha sido uma forma da PRPG apoiar
26 um pouco a política de inclusão da Unicamp. Também ressaltou a importância do Programa
27 de Aperfeiçoamento da Pós-Graduação, o PAPG, que foi assinado pela USP, Unicamp,
28 UNESP, UFSCar, UFABC e a UNIFESP, junto à CAPES e à FAPESP em novembro
29 próximo passado. Tratava-se de um plano voltado para os programas PROEX, que visava
30 a realização de uma certa mudança nos programas de pós-graduação que participassem
31 do Edital que seria lançado pela Pró-Reitoria de cada universidade. Haveria uma

1 transformação mais adequada dos mestrados e a concessão de bolsas de doutorado da
2 CAPES, que seriam complementadas pela FAPESP, para um doutorado direto daqueles
3 programas. E com o apoio da CAPES, também viriam pós-docs para cada programa. A
4 bolsa de pós-doc da CAPES também seria completada pela FAPESP. Informou que no dia
5 27 próximo passado houve uma reunião com os programas PROEX na Sala do CONSU
6 para esclarecer um pouco mais sobre o cronograma do PAPG e para explicitar melhor o
7 que significava aquele projeto. A maior transformação ocorreria com os mestrados, que
8 passariam a ter maior possibilidade de se transformarem em doutorado direto. Ainda seria
9 feita mais uma reunião no próximo ano. A ideia era que cada Pró-Reitoria das seis
10 universidades que aderiram ao projeto faria um edital único interno para acolhimento das
11 propostas de mudança dos seus respectivos programas. E, na medida em que houvesse
12 aquela inserção, entraria em ação o plano de aperfeiçoamento, com concessão das bolsas
13 que estavam estabelecidas no termo do acordo. O conselheiro **Prof. Dr. Daniel Albiero**
14 questionou a Profa. Rachel sobre a participação no projeto dos cursos nota 5. A **Sra.**
15 **Presidente** respondeu que, na conversa com as outras universidades e com a própria
16 CAPES, aquele seria um projeto piloto a ser iniciado com os programas PROEX, que
17 estavam mais consolidados. A duração prevista para o projeto era de cinco anos, como
18 para qualquer convênio. Após aquele prazo, o convênio seria renovado e naquela
19 renovação estaria prevista a inclusão dos cursos nota 5. Continuando a falar sobre os
20 cursos PROEX, disse que a CAPES também tinha criado o Programa de Extensão
21 Universitária da Pós-graduação. Como todos lembravam, a CAPES também tinha feito o
22 investimento na ideia de que a extensão deveria ser aplicada na pós-graduação. Para
23 aquele programa a Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli tinha se colocado como
24 coordenadora e a PRPG tinha recebido 14 projetos, que se articulariam naquele programa
25 de extensão. A proposta consolidada da PRPG previa a concessão de uma bolsa de
26 iniciação e uma bolsa de pós-doc para toda a universidade. Em sua opinião, tratava-se de
27 um programa interessante. Ele serviria para terem a noção do que significava ter extensão
28 na pós-graduação. Aquela era uma questão polêmica. Muitas instituições com as quais ela
29 conversava a recusavam devido a ideia de que na universidade seriam realizados a
30 pesquisa e o ensino para a formação. A extensão era vista como uma outra parte da tarefa
31 da formação das pessoas. A ideia era trazer a concepção de formação das pessoas

1 também dentro da extensão. A extensão não era uma prática, exatamente, na pós-
2 graduação. Na verdade, quem estava envolvido nos projetos eram professores que já
3 faziam extensão e iriam tentar adequá-la à pós-graduação. Em seguida, passou a palavra
4 para a Profa. Cláudia. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que, na
5 realidade, considerava que aquela era uma oportunidade para a universidade olhar de uma
6 maneira diferente o impacto do conhecimento produzido na universidade na sociedade.
7 Achava que a visão da extensão na pós era diferente. A proposta da PRPG contava com a
8 participação de 14 programas de pós-graduação. Seu desejo era mobilizar os demais
9 programas para que eles percebessem a importância da extensão dentro da pós-
10 graduação. Para a proposta submetida à CAPES foi permitido solicitar apenas uma bolsa
11 de iniciação científica e uma de pós-doc. O papel daqueles bolsistas seria permear todos
12 os 14 projetos, fazendo uma integração, para possibilitar a obtenção da visão do que era a
13 extensão na pós-graduação. O intuito seria, então, que ao final dos três anos de duração
14 do programa, houvesse, realmente, uma mudança de visão e de paradigma dentro da pós-
15 graduação. Inclusive a CAPES, aparentemente, vinha cobrando nos editais que ela estava
16 lançando, a visão do impacto da pesquisa na sociedade. A **Profa. Dra. Cláudia Regina**
17 **Cavaglieri** pediu a palavra e afirmou que, para algumas áreas seria mais fácil, uma vez
18 que, ao final de um projeto, ou de uma pesquisa seria possível testar a sua aplicabilidade.
19 Entretanto, para outras áreas, especialmente as básicas, aquela questão seria um pouco
20 mais difícil. O que a preocupava era que, até então, eram mais valorizadas as pesquisas e
21 as publicações, e estava havendo um movimento de fortalecimento muito expressivo da
22 extensão. Considerava importante valorizar todas as vertentes, mas preocupava-se com a
23 possibilidade de a questão da extensão descaracterizar um pouco o real objetivo da pós-
24 graduação. Achava que o grande problema da extensão, na realidade, era que ela era
25 desvalorizada na carreira. Nela havia algumas barreiras, como a exigência de que o
26 professor estivesse credenciado, que ele tivesse um determinado número de defesas, etc.
27 Em sua opinião, talvez, se a carreira fosse repensada, a questão da extensão poderia ser
28 revista. Com certeza, seria uma preocupação que iria aparecer na próxima avaliação,
29 porque aquelas áreas que eram mais duras e não tinham a questão da extensão de forma
30 tão fluida no seu cotidiano, teriam muita dificuldade de preencher, especialmente aqueles
31 casos de impacto que apareciam na nova ficha. A **Sra. Presidente** retomou a palavra e

1 disse que a ideia da mexida nos mestrados com Plano de Aperfeiçoamento da Pós iria se
2 dar em várias direções e uma delas teria a ver com a extensão. Outra direção tinha a ver
3 com a inovação, outra com o estágio extramuros, outra com a pesquisa e com a formação.
4 A ideia era que os programas pensassem a formação do aluno dentro daqueles escopos.
5 Não seria apenas um e outro, mas poderia ser um ou outro. Seria feita uma combinação tal
6 como a área precisasse ou desejasse ter. Para as áreas mais aplicadas seria bastante
7 simples pensar na inovação e no estágio extramuros. Para outras áreas menos aplicadas
8 seria mais simples pensar numa extensão, numa inserção social. Então, a ideia era dar
9 uma mexida, mudar um pouco, pensando naqueles vetores novos que tinham a ver com a
10 interdisciplinaridade, com a extensão, com a inovação, com os estágios extramuros para
11 não prender o mestrando à sala de aula. Ao terminar o curso, o aluno saía da universidade
12 sem poder se adequar àquilo que a sociedade estava pedindo, àquilo que ele queria como
13 profissão, àquilo que ele precisava como um profissional. Seria necessário repensar sobre
14 tudo aquilo. Não seria simples realizar o Plano de Aperfeiçoamento proposto, pois seria
15 necessário convencer todo um conjunto de docentes que estavam há décadas trabalhando
16 de uma certa forma. Não era algo a ser feito de um mês para o outro, mas tinha sentido
17 implantá-lo na universidade. O Projeto de Extensão Universitária visava trazer o tema da
18 extensão para a pós-graduação. O Plano de Aperfeiçoamento fazia isso no limite do que
19 era a ideia da formação do aluno como algo integrado. Continuando a falar sobre os feitos
20 da pós-graduação, disse que também considerava interessante falar sobre a
21 internacionalização. A universidade estaria recebendo, a partir do primeiro semestre de
22 2025, pelo Programa Move América, 39 doutorandos para o doutorado sanduíche e 10 para
23 o mestrado sanduíche. Quanto ao programa do Grupo de Montevideú, pediu que o Prof.
24 Elias passasse as informações. O **Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi** informou que, dentre
25 200 projetos submetidos, seriam selecionados quatro projetos, com duração de dois anos.
26 Cada projeto receberia um valor total de R\$ 5 milhões. O resultado da seleção sairia apenas
27 no fim de dezembro/2024. A **Sra. Presidente** afirmou que aquela também seria uma
28 possibilidade de integração regional. O **Prof. Dr. Sergio Pflanze Junior** pediu a palavra
29 e, com relação ao Move América, disse que, a lista geral divulgada no site da CAPES
30 contava com 1.600 contemplados, mas nem todos os docentes, que seriam orientadores
31 ou supervisores de bolsistas, tinham recebido e-mail da CAPES confirmando a concessão.

1 Ele iria receber um aluno e o programa dele receberia outro, mas apenas ele tinha recebido
2 a mensagem da CAPES. Considerava que a situação estava meio confusa e eles não
3 tinham a certeza quais candidatos tinham sido realmente aprovados. A **Sra. Cristina**
4 **Ferreira de Souza** esclareceu que a lista dos candidatos selecionados estava divulgada na
5 página da CAPES. Entretanto, nela só continham os nomes dos candidatos. Não havia a
6 informação do nome do coorientador e nem da universidade. Se o docente não tinha
7 recebido o Auxílio no SCBA significava que o candidato que ele orientaria não tinha sido
8 aprovado. Caso ele tivesse recebido o recurso, mas o nome do candidato não estava
9 contemplado na lista, certamente o problema teria que ser relatado à CAPES. A **Sra.**
10 **Presidente** afirmou que, naquele caso, o problema seria da CAPES e a PRPG não teria
11 como resolvê-lo. Todas as homologações que estavam aparecendo no sistema para a sua
12 homologação estavam sendo feitas. Passando para outro item, disse que outra ação
13 importante realizada pela PRPG tinha sido o oferecimento, junto com a CGU, de oficinas
14 de planejamento estratégico. Informou que quarenta e três programas participaram das
15 oficinas. Aquele fato significava que mais de 70% dos programas de pós-graduação fizeram
16 seus planejamentos estratégicos. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli** pediu que
17 ficasse registrado na Ata o seu agradecimento ao pessoal da PRPG, que tinha ajudado no
18 suporte e, especialmente, ao Emerson Ferri e à Andrea da CGU, que foram incansáveis
19 nas oficinas. A **Sra. Presidente** disse que, sobre o Plano de Aperfeiçoamento da pós-
20 graduação, estava se esquecendo de comentar que, antes dele aparecer como uma
21 proposta para as seis universidades, as três paulistas estaduais tinham feito uma sugestão
22 interna para que fosse feita uma avaliação da pós-graduação de cada uma delas e, após,
23 seria feito um grande seminário para identificar problemas, e verificar onde ela poderia ser
24 aperfeiçoada. A PRPG fez um relatório de avaliação da pós-graduação da universidade.
25 Dele constava uma avaliação da política de inclusão e da questão de gênero. Inclusive,
26 nele também era destacada a grande preocupação com o afastamento da pós-graduação,
27 ou seja, com a diminuição do interesse pela pós-graduação. Aquele fato não foi constatado
28 apenas na Unicamp, mas em todo o país. Inclusive, ele estava destacado no Plano Nacional
29 de Pós-Graduação como um dos grandes problemas a ser enfrentado. Nos últimos dez
30 anos, houve, claramente, uma diminuição da relação candidato-vaga em todos os
31 programas de pós-graduação da Unicamp. Alguns bem menos, outros muito mais. Havia

1 cursos da Unicamp nos quais a relação candidato/vaga era menor que 1. Naqueles casos,
2 existiam mais vagas do que candidatos. Antes das três universidades paulistas realizarem
3 o seminário, tinha surgido o Plano de Aperfeiçoamento da Pós-Graduação e passaram a
4 nele investir. O PPAPG poderia ser uma forma de darem conta daquele movimento,
5 daquele fenômeno nacional de afastamento. Era evidente que havia outras questões em
6 termos nacionais para dar conta, principalmente, a assimetria existente, entre instituições,
7 entre programas, entre regiões. O Plano Paulista de Aperfeiçoamento de Pós-Graduação
8 poderia ser ainda um voluminador daquela assimetria frente às outras instituições. Mas,
9 talvez, aquela iniciativa pudesse fazer com que outros estados, que tivessem suas
10 fundações de apoio também com recursos para aquele investimento, se interessassem em
11 procurar a CAPES para implantarem o mesmo tipo de plano. A ideia era que o PPAPG
12 fosse uma iniciática que se espalhasse pelo Brasil e, talvez ele conseguisse dar conta de
13 alguns problemas crônicos na pós-graduação. A **Profa. Dra. Cláudia Regina Cavaglieri**
14 comentou que uma das questões que eles estavam discutindo, até no planejamento
15 estratégico, era como todos estavam sofrendo com o problema da diminuição do interesse
16 pela pós-graduação. Lembrou aos colegas que, devido às ameaças constantes às
17 universidades públicas, às fundações de amparo à pesquisa e aos recursos a elas
18 destinados, a FAPESP tinha usado como estratégia fazer grandes campanhas na mídia
19 sobre o significado da ciência para o estado de São Paulo. Recentemente, a USP, em
20 comemoração aos seus 90 anos fez, dentro da Globo, um programa valorizando a
21 universidade e destacando o seu impacto no estado de São Paulo. Considerava que seria
22 preciso repensar o que a Unicamp trazia de impacto para Campinas, para a região, para o
23 país. Talvez, aquele fosse um caminho e não somente a questão do aperfeiçoamento.
24 Achava que a sociedade, de maneira geral, não conseguia enxergar o quanto a produção
25 de um programa de pós-graduação impactava em uma cidade, em uma região. Comentou
26 que quando ela tinha sido pró-reitora em outra instituição, na época que o Prof. Dr. Jorge
27 Guimarães era presidente da CAPES, havia uma lenda, que perdurava até os dias atuais,
28 de que programa que tinha nota três por um determinado período, fechava. Entretanto,
29 lembrava-se de estar em uma reunião de fórum de pró-reitores no Ceará quando alguém
30 perguntou ao Prof. Jorge sobre aquele tema e ele respondeu se os presentes sabiam qual
31 era o impacto de um programa nota 3 em uma universidade ou no campus universitário, no

1 meio da Caatinga, no meio do Ceará, no meio da região norte. Desde aquela época, então,
2 já se tinha uma noção do quanto um programa de pós-graduação impactava onde ele fosse
3 instalado. Em sua opinião, achava que era preciso retomar aquele discurso, fazer
4 campanhas e trabalhar mais fortemente com a mídia, no sentido da divulgação e
5 valorização do que era feito na universidade. E, naquele ponto, concordava com a nova
6 ficha da avaliação, que cobrava a informação sobre o impacto. Aquela era uma maneira de
7 proteção e de valorização daquilo que a universidade pública e da pós-graduação faziam.
8 Considerava que o Plano de Aperfeiçoamento era interessante, mas além dele achava
9 importante que a Unicamp e as demais universidades devessem também levantar aquela
10 bandeira e mostrar para a sociedade o quanto a pós-graduação impactava no
11 desenvolvimento de um país. A **Sra. Presidente** concordou com a Profa. Cláudia que seria
12 necessário um investimento em mídia. Considerava que não seria um problema, mas
13 precisariam dar conta de fazer aquela produção. A conselheira **Sra. Elayne Rohem**
14 **Peçanha** (representante discente) disse que uma das dificuldades era fazer com que as
15 informações chegassem aos jovens, porque sem aluno de graduação não haveria aluno de
16 pós-graduação. A **Sra. Presidente** afirmou que as graduações já estavam atuando naquele
17 sentido. A COMVEST vinha fazendo um trabalho intenso para a divulgação da Unicamp.
18 Muitas pessoas das periferias, não sabiam sequer que a Unicamp era gratuita e dela se
19 autoexcluíam. Muitos indivíduos não conseguiam chegar à universidade por “n” motivos,
20 mas a desinformação era uma dessas barreiras. Entretanto, para que aquele tipo de ação
21 trouxesse algum retorno para a pós-graduação, certamente, levaria um tempo. A
22 conselheira **Profa. Dra. Melissa Gurgel Adeodato Vieira** pediu a palavra e disse que, na
23 semana anterior, a coordenadora da área de Engenharias 2 pediu aos coordenadores um
24 histórico do número de inscritos nos programas de pós-graduação. Foi constatado que,
25 desde 2019, houve uma queda na procura nos cursos. A Engenharia Química era a
26 principal área dentro da Engenharia 2, mas havia outras áreas, como por exemplo a
27 Metalúrgica. Verificou-se também pelo histórico dos outros programas, que houve uma
28 redução significativa, que não tinha começado na pandemia. A perda de interesse na pós-
29 graduação era algo realmente assustador. Todos estavam com muita esperança de que o
30 PPAPG pudesse aumentar a atratividade do programa de pós-graduação de sua unidade.
31 Perguntou se já poderiam, no próximo edital de abertura do processo seletivo para início

1 do segundo semestre, aderir ao PPAPG. Se possível, gostariam de divulgar aquela
2 informação com o intuito de aumentar a procura do programa pelos novos candidatos. Com
3 relação à divulgação, comentou que, em 2016, tinha participado como membro da comissão
4 que iria organizar uma Mostra dentro das comemorações dos cinquenta anos da Unicamp.
5 Ela estava sendo organizada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e, na época, seria uma
6 excelente oportunidade de divulgação da importância da Unicamp para a sociedade em
7 todas as áreas. Mas, infelizmente, por várias razões históricas daquele momento, ela não
8 aconteceu. Considerava que a ideia da realização daquele tipo de evento poderia ser
9 retomada em algum momento. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que
10 tinha feito algumas anotações sobre a sugestão da Profa. Cláudia Cavaglieri e considerava
11 que aquela vertente deveria ser institucionalizada. Também achava que havia pequenas
12 ações que todos poderiam realizar nos seus respectivos programas, que geralmente não
13 eram fáceis, mas que poderiam ajudar na captação de alunos. Como exemplo, citou a
14 criação, por sugestão de uma secretária de um dos programas que era formada em
15 Comunicação Científica, de um blog na CPG da FCM cujo foco principal era os alunos da
16 graduação. A intenção era fazer a captação daqueles alunos para a pós-graduação. Para
17 a criação do blog eles tiveram todo o suporte do pessoal do Blogs da Ciência da Unicamp.
18 O blog da FCM gerou um espaço no qual era possível ser colocado o que era feito de
19 pesquisa e o impacto por elas gerado. Alunos que tinham ganhado, por exemplo, o Prêmio
20 CAPES, contavam suas experiências e relatavam o que ele significou para as suas
21 carreiras. Aquele era um exemplo de uma pequena ação que poderia gerar um impacto
22 importante. A grande dificuldade daquela iniciativa era a necessidade de se ter alguém
23 olhando diariamente os comentários e respondendo-os. Enquanto não fosse concretizada
24 outra iniciativa institucional, em sua opinião, cada um poderia fazer pequenas ações
25 adaptadas para as próprias realidades. Finalizando, afirmou que todos deveriam fazer um
26 maior uso das mídias sociais e das mídias da própria PRPG para fazerem divulgações. O
27 Sr. Marcos do setor de informática da PRPG era muito eficiente e replicava com rapidez
28 todas as ações. O conselheiro **Prof. Dr. Daniel Albiero** pediu a palavra e disse que
29 concordava com todas as falas anteriores. Conhecia muito a ESALQ e sabia que ela
30 investia muitos recursos financeiros em mídia. Como tinha sido coordenador da extensão
31 da FEAGRI junto à PROEC, tinha visto o quanto era difícil para aquela Pró-Reitoria fazer a

1 divulgação dos cursos de extensão sobre os quais incidiam cobrança. A PROEC tentava,
2 de todas as formas, divulgá-los, mas não conseguia. A Procuradoria Geral colocava muitas
3 regras e leis que deixavam claro que era proibido o uso de verba da universidade para
4 aquela finalidade. Não sabia dizer como a USP e a ESALQ faziam. Comentou que a ESALQ
5 conseguia divulgar seus cursos no Globo Rural e aquela iniciativa atraía muitos alunos. Em
6 sua opinião, que convergia com as opiniões dos professores Hashimoto e Fernando
7 Coelho, seria necessário conversar com a PG e, talvez, mudar algum Regimento da
8 Unicamp que contivesse aquele impedimento. Caso contrário, a questão da divulgação da
9 pós iria enfrentar o mesmo problema que a PROEC vinha enfrentando. Quanto à crise da
10 pós-graduação, ela não acontecia apenas no Brasil. Ele tinha muitas parcerias na
11 Alemanha e o pessoal de lá também estava desesperado com a falta de alunos. Inclusive
12 tinham pedido que ele mandasse alunos daqui para eles. Entretanto, se ele divulgasse
13 aquela oportunidade, ficaria sem aluno. E, trazendo uma visão empresarial, disse que faria
14 um comentário sobre uma questão geracional. Considerava que a Antropologia deveria
15 estudar a denominada geração Z para tentar entender a mente deles e descobrir uma forma
16 de atraí-los para os cursos de pós-graduação. As grandes empresas nacionais e
17 multinacionais estavam desanimadas com o pessoal daquela geração. Eles tinham uma
18 forma completamente peculiar de comunicação, de interação social, de trabalhar em equipe
19 e de fazer parte de um coletivo. O pessoal da indústria e das empresas não estavam mais
20 sabendo como engajar aquelas pessoas. Em sua opinião, tratava-se de uma questão
21 psicossocial, um problema de geração. Em sua concepção aquele era um dos principais
22 motivos de estar caindo profundamente o interesse pela pós-graduação. Os indivíduos não
23 tinham mais interesse, não pela pós-graduação estar ruim ou pela falta de bolsa. Eles não
24 queriam como seres humanos. Eles eram mais imediatistas. Não queriam investir em um
25 curso que levaria dois ou quatro anos. Eles queriam resultados imediatos e ser muito bem
26 pagos. O **Prof. Dr. Eduardo Garibaldi** pediu a palavra e disse que, talvez, falaria de um
27 universo um pouco diferente do que os demais estariam habituados. Falaria um pouco da
28 realidade da Matemática, para, talvez, fazer um contraponto. Na última seleção, o seu
29 programa teve candidatos de três continentes distintos. A primeira colocada no doutorado,
30 só para dar um exemplo, foi uma chinesa. Fazendo uma reflexão sobre o número de
31 candidatos aprovados que de fato se matriculavam, a hipótese que ele colocaria era se

1 aquele fato não estaria realmente relacionado com a diminuição do número de bolsas. No
2 caso específico de seu programa, o número de matrículas talvez fosse menor em
3 comparação com outras décadas, porque o número de bolsas tornou-se inferior. Afirmou
4 que seu programa também tinha dificuldades de divulgação, e havia o problema da
5 competição com outros países. Relatou que seu programa procurava fazer muitas cotutelas
6 e firmar parcerias. Também havia projetos de cofinanciamento de teses, parte no Brasil e
7 parte no exterior, de grupos de pesquisas que se interrelacionavam e se complementavam.
8 Não sabia quantas daquelas ideias poderiam ser aproveitadas em outras áreas. Afirmou
9 que se fosse colocar como primeira hipótese, especificamente para a Matemática pura, a
10 questão da atratividade seria muito mais relacionada à dificuldade de financiar as teses e
11 as dissertações. O número de bolsas diminuiu, e, naturalmente, mesmo tendo um número
12 considerável de candidaturas e selecionados, no final o número de matriculados era muito
13 mais próximos ao número de bolsas de que o programa dispunha do que de qualquer outra
14 variável. Enfatizou que somente estava colocando outro cenário, distinto de outras áreas.
15 A conselheira **Profa. Dra. Nashieli Cecilia Rangel Loera** disse que ainda iria fazer um
16 levantamento, mas com o término dos processos seletivos, tinha verificado que tiveram um
17 número de inscritos muito maior do que em anos anteriores. O Programa de Pós-graduação
18 em Antropologia tinha recebido, salvo engano, 120 inscrições para o mestrado e 90 para o
19 doutorado. Aquele aumento já era esperado devido à permissão da CAPES do recebimento
20 de bolsa e manutenção de vínculo empregatício pelo aluno. Não tinha os dados exatos,
21 mas aquela parecia ser uma tendência a ser também avaliada. Sobre a questão da
22 divulgação da pós-graduação, perguntou ao plenário se eles tinham conhecimento dos
23 podcasts que o pessoal do Labjor estava fazendo para divulgar as pesquisas feitas por
24 aquele laboratório. Considerava que aquele era um movimento que a Unicamp precisava
25 fazer. Ela deveria olhar para a própria produção e para a possibilidade de parcerias dentro
26 da própria universidade. Parecia-lhe que o LabJor era um órgão superinteressante que
27 poderia fazer parcerias com os programas de pós-graduação para divulgação científica. A
28 equipe do Labjor era formada por especialistas em divulgação científica e tinham um
29 programa de mestrado. Aquela seria, então, uma dica de parceria. A **Sra. Presidente** disse
30 que não conhecia o podcast do Labjor. Confirmou que eles tinham o mestrado em
31 divulgação científica e informou que o doutorado começaria a ser oferecido no próximo ano.

1 Afirmou que sabia que havia muito a ser feito com relação à divulgação, mas teriam que
2 saber como dela dariam conta. Com relação à fala do Prof. Daniel, disse que também se
3 preocupava muito com a sociedade brasileira. Considerava que a geração Z era, realmente,
4 um problema sobre o qual ela não sabia como abordar. Não tinha dúvidas que a pós-
5 graduação continuaria por muito tempo ainda sendo um lugar de formação de elites. Assim
6 sendo, haveria toda uma geração de jovens que não iria acessá-la por “n” fatores. Um dos
7 pontos achava que tinha a ver com as transformações da sociedade contemporânea. Tudo
8 tinha que ser de forma imediata e tecnológica e não havia estruturas para dar conta. Mas,
9 mesmo querendo, se perguntava como fazer dar certo se o outro lado não respondia. Era
10 um problema sério e ela não sabia qual seria a sua solução. Quanto à fala da Profa.
11 Nashieli, comentou que achava que a melhora no número de candidatos para os processos
12 seletivos era uma tendência. A queda do interesse pela pós-graduação estava começando
13 a diminuir. No Programa de Pós-graduação em Ciência Política também tinha sido
14 constatado um pequeno aumento no número de candidatos. Talvez, aquele fosse um
15 indicador de melhora. A conselheira **Profa. Dra. Cristiane Machado** comentou que, na
16 Faculdade de Educação eles não tiveram problema com a demanda. Inclusive, foi
17 observado um aumento considerável. No ano anterior houve por volta de 800 inscritos para
18 174 vagas. Quanto à divulgação, ela era feita de uma maneira bastante caseira no próprio
19 site. Mas reconhecia que fazer a divulgação da pós-graduação de todas as unidades de
20 uma forma mais ampla era importante. Disse que outra questão que ela gostaria de trazer
21 para a discussão era sobre a inclusão. Na faculdade de Educação, eles nunca tinham
22 conseguido preencher todas as cotas disponibilizadas. Fazia oito anos que eles
23 disponibilizavam cotas para negros (pretos e pardos), e, na melhor das hipóteses, eles
24 conseguiam apenas preencher metade das vagas. O problema não era a demanda, mas
25 sim a dificuldade de inclusão daqueles candidatos, que se dava por vários motivos. Em
26 geral, os professores alegavam que o candidato tinha dificuldade em demonstrar num projeto
27 de pesquisa uma intenção, uma proposta factível, exequível e até original, não quanto a
28 ideias, mas no sentido pessoal. Desconfiavam que, muitos projetos que eram apresentados
29 não tinham sido escritos pelos candidatos. Ficavam pensando como poderiam se organizar
30 para preparar aquele tipo de candidato que demonstrava interesse pela pós-graduação.
31 Considerava que aquela questão deveria ser aprofundada para tentarem não somente

1 iluminar um pouco a preocupação de quem estava com dificuldade de demanda, mas
2 também de quem tinha demanda e não conseguia preencher todas as vagas pela
3 dificuldade dos candidatos e candidatas de passarem nos processos seletivos. A **Sra.**
4 **Presidente** reconheceu que o problema era sério, mas não sabia responder como
5 ele seria solucionado. Não se tratava apenas da falta de demanda, mas sim de não
6 conseguirem ingressar o aluno na universidade. A inclusão na pós-graduação era difícil
7 também devido ao desenho da demanda dos cursos. Não sabia avaliar qual era o
8 sucesso da inclusão na graduação. Talvez, a COMVEST tivesse aquele dado e até já
9 tivesse feito aquela avaliação. Perguntou se a Adriane da DEAPE poderia se manifestar
10 sobre aquela questão, mas acreditava que ela tinha a ver com a cadeia de formação do
11 jovem brasileiro. A **Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni** apresentou-se e disse que,
12 devido a um problema de saúde, o Prof. Sávio tinha pedido que ela o representasse na
13 reunião da CCPG. Considerava que havia dois pontos com os quais ela poderia contribuir
14 naquela discussão. O primeiro deles era sobre a avaliação do programa de inclusão da
15 graduação. O programa da Unicamp era também de apoio à permanência e não somente
16 voltado à inclusão social. A DEAPE tinha feito, junto com a COMVEST, alguns estudos
17 referentes à inclusão e o recebimento de bolsas de apoio voltadas à permanência
18 estudantil. O estudante que ingressava e recebia aquele tipo de apoio desejava ir o quanto
19 antes para o mundo do trabalho. Era uma outra lógica, já que o retorno financeiro para as
20 famílias era muito importante. Falando como pesquisadora de carreiras e como pessoa,
21 disse que havia o “delay da gratificação. Já dizia a psicologia comportamental há décadas,
22 que havia uma questão real no mundo do trabalho, que a pessoa precisava urgentemente
23 responder, que era ter uma rentabilidade. Assim sendo, ao invés de ingressar na
24 universidade e receber uma bolsa com a qual ele não conseguiria subsistir, algumas
25 pessoas optavam por entrar no mundo do trabalho. Mas considerava que quem procurava
26 a academia deveria ser nela colocada. Uma outra lógica era onde que os titulados que
27 prestavam os processos seletivos, por exemplo, da Faculdade de Educação, mestrado e
28 doutorado, eram formados. Teria que ser lembrado que 70% do contingente da graduação
29 do Brasil era formado por instituições privadas que tinham outras lógicas. Assim sendo, em
30 sua opinião, deveriam olhar não somente para dentro, mas também para fora. Não teriam
31 que ter a solução para todos os problemas, mas deveriam equalizá-los e dizer quem a

1 universidade estaria incluindo ou excluindo. Sobre o mundo do trabalho, informou que a
2 DEAPE estava reformulando a normativa sobre os estágios na graduação. Considerava
3 que deveria ser iniciada a discussão em cada programa sobre a possibilidade de realização
4 de estágios não obrigatórios remunerados pelos alunos de pós-graduação. Enfatizou que
5 aquela decisão deveria estar inserida no projeto pedagógico do curso. Não caberia ao
6 DEAPE aquela decisão. A **Sra. Presidente** afirmou que nunca tinha imaginado que o
7 DEAPE iria levantar aquela questão. Era fato que a decisão caberia a cada programa. A
8 PRPG queria que o DEAPE apenas operacionalizasse os estágios. A **Sra. Adriane Martins**
9 **Soares Pelissoni** afirmou que, para o DEAPE passar a operacionalizar os estágios, seria
10 necessário reescrever a regra vigente. Informou que, até aquele momento, nenhum
11 programa de pós-graduação. os tinha procurado e manifestado sua intenção de implantar
12 estágios remunerados. A **Sra. Presidente** comentou que aquele fato, talvez, se devesse à
13 falta de informação. Os programas até poderiam ter a previsão de estágios em seus
14 projetos, mas eles não tinham a informação de que deveriam entrar em contato com o
15 DEAPE para manifestá-lo. A **Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni** afirmou que aquele
16 era o motivo que o Prof. Sávio tinha pedido que ela participasse daquela reunião da CCPG
17 e colocou-se à disposição de todos os programas para agendar reuniões e esclarecer todas
18 as dúvidas sobre os processos administrativos e pedagógicos que respaldavam a
19 instituição, o programa e o orientador sobre aquela questão. A **Sra. Presidente** informou
20 que vários programas já tinham alunos realizando estágios. Até aquele momento, os
21 processos de estágios da pós-graduação tinham um outro trâmite. Com a efetivação da
22 plataforma de estágios da DEAPE, a ideia era que aquela diretoria passasse a administrar
23 também os estágios da pós-graduação. O conselheiro **Prof. Dr. Enelton Fagnani** pediu a
24 palavra e disse que em sua unidade estágios aconteciam de forma esporádica, mas que,
25 recentemente, houve dois casos. Pelo trâmite atual, os alunos interessados os procuravam
26 e informavam sobre a oportunidade de estágio. Para efetivá-los, era solicitada uma
27 declaração autorizando a sua realização. Com a ciência do orientador, era fornecida toda
28 a documentação solicitada pela empresa. A princípio, considerava que estava fazendo tudo
29 dentro da normalidade e dentro das regras. Entretanto, tinha ficado receoso que, por
30 desconhecimento, estivessem fazendo algo errado. Desconhecia aquele formalismo que
31 passaria a envolver o DEAPE, e afirmou que seria interessante obter maiores informações

1 sobre aquele novo procedimento. A **Sra. Presidente** informou que o Prof. Sávio informou
2 que para que a DEAPE pudesse inserir a pós-graduação no novo sistema de estágios,
3 algumas normativas da Reitoria, que versavam sobre estágio, teriam que ser alteradas.
4 Quando o programa de estágios da DEAPE estivesse contemplando os programas de pós-
5 graduação e ela passasse a centralizá-los, todos seriam informados. O conselheiro **Prof.**
6 **Dr. Enelton Fagnani** perguntou se, por enquanto, eles poderiam manter o procedimento
7 até então por eles seguidos. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente. A **Sra. Adriane**
8 **Martins Soares Pelissoni** afirmou que, depois que as Resoluções fossem alteradas, o
9 procedimento para a inserção em bloco de todos os programas de pós-graduação no
10 sistema seria fácil. Entretanto, poderia haver algum programa que não quisesse ter a
11 possibilidade de realização de estágio remunerado por seus alunos. Assim sendo, a sua
12 sugestão era que, preliminarmente, fossem feitas discussões locais para a definição do
13 posicionamento de cada programa de pós-graduação. Informou que no dia posterior iria ser
14 submetida à CCG uma nova norma sobre a realização de estágio no exterior pelos alunos
15 da graduação. Com a mudança da Lei de Estágio Federal, que permitiu que os estudantes
16 brasileiros pudessem fazer estágios remunerados no exterior e que alunos estrangeiros,
17 que iriam ficar um tempo no Brasil, também fizessem estágios remunerados, tinha sido
18 necessária a propositura de uma normativa interna com uma redação mais ampla. Caso
19 ela fosse aprovada pela CCG, ela seria submetida ao Gabinete do Reitor. Assim sendo, o
20 Prof. Sávio tinha pedido que ela participasse da reunião da CCPG para trazer o assunto
21 dos estágios na pós-graduação. Informou que, assim que a inclusão da pós-graduação no
22 sistema de estágios da DEAPE fosse aprovada, seriam promovidos todos os ajustes
23 necessários para efetivá-la. E aquele fato ocorreria independente da mudança de gestão
24 da universidade. A **Sra. Presidente** afirmou que aquela questão seria resolvida antes da
25 mudança da gestão. Informou que os programas de pós-graduação já poderiam realizar as
26 discussões internas. Disse que ainda haveria duas reuniões da CCPG sob sua presidência
27 nas quais poderiam ser aprovadas as alterações nas normativas sobre estágios.
28 Finalizando sobre o aquele tema, informou que em 2024, a PRPG tinha conseguido duplicar
29 os recursos destinados às bolsas do Programa de Estágio Docente. Aquela conquista era
30 importante por aumentar as possibilidades de permanência estudantil na pós-graduação.
31 Sobre o Regimento Geral da Pós-Graduação, informou que nele, naquele ano, tinham sido

1 feitas duas mudanças importantes. Uma delas teve a ver com a regulamentação das
2 defesas póstumas e a outra com as mudanças de credenciamento dos professores
3 permanentes. Também comentou que, entre a reunião passada e a atual tinha aparecido
4 uma demanda dos cursos que funcionavam em Piracicaba e em Limeira, trazida pelo Prof.
5 Enelton. Ela tinha a ver com o custo gerado para o deslocamento de professores internos
6 para outros campi para participação em Comissões de Defesa de Tese e de Dissertação.
7 Por se tratar de membro interno, havia a impossibilidade de pagamento de qualquer de
8 auxílio para custear aquele deslocamento. A própria CAPES não permitia fazer aquele tipo
9 de pagamento. Lembrou aos presentes que ao longo dos últimos anos tinha sido feita uma
10 mudança importante no Regimento Geral da Pós-Graduação sobre as atividades remotas
11 e sobre as atividades presenciais. Foi definido que os professores internos deveriam estar
12 presentes fisicamente nas defesas de tese e de dissertação, salvo se houvesse alguma
13 autorização do próprio coordenador geral da pós-graduação. Assim sendo, devido a
14 demanda do Prof. Enelton, foi levantada a hipótese da inserção de um novo artigo no
15 Regimento que tratasse da possibilidade da participação remota de membros internos que
16 não morassem na mesma localidade onde seria realizada a defesa. Entretanto, após
17 discussões internas, chegou-se à conclusão de que seria muito burocrático criar uma norma
18 só para aqueles casos. O entendimento era de que o Coordenador poderia,
19 excepcionalmente, autorizar a participação remota de docentes internos, que eram de
20 outros campi, da mesma forma que ele autorizava aquele tipo de participação em casos de
21 doença. Eventualmente, o programa poderia criar uma Instrução Normativa específica para
22 regular aquela situação. Em sua opinião, considerava que não seria necessário mudar o
23 Regimento Geral, mas perguntou ao plenário se todos tinham o mesmo entendimento. A
24 **Profa. Dra. Cláudia Regina Cavaglieri** pediu a palavra e disse que era totalmente
25 favorável que os professores de outros campi pudessem participar de bancas de forma
26 remota, não apenas pela questão financeira, mas também pelo tempo gasto com o
27 deslocamento. A sua dúvida era se a Instrução Normativa a ser criada pelo programa não
28 estaria indo contra o disposto no Regimento Geral. A **Sra. Presidente**, afirmou que não
29 estaria. Para embasar seu posicionamento, em seguida, leu para o plenário o que dispunha
30 o §7º e 8º do Artigo 40 do Regimento Geral: “§ 7º - Na sessão pública de defesa, a
31 participação do discente, do orientador e dos demais membros da Comissão Examinadora

1 das defesas de dissertações e teses deverá ocorrer no modo presencial. A critério da CPG,
2 a sessão pública poderá ocorrer no modo híbrido e, excepcionalmente, poderá ocorrer no
3 modo integralmente remoto mediante decisão formal desta Comissão a ser validada no
4 Sistema de Gestão Acadêmica. § 8º - O modo híbrido destina-se aos membros externos à
5 instituição, e define que, obrigatoriamente, o aluno, os membros internos e o presidente da
6 Comissão Examinadora devem participar presencialmente da sessão pública de defesa na
7 UNICAMP. A CPG poderá, excepcionalmente, mediante decisão formal a ser validada no
8 Sistema de Gestão Acadêmica, autorizar a participação remota do aluno ou do presidente
9 ou de membros internos da instituição.” A **Profa. Dra. Cláudia Regina Cavaglieri**
10 perguntou se, toda a vez que tivesse aquele tipo de caso, seria necessário pedir autorização
11 para a participação remota do membro interno. A **Sra. Presidente** respondeu
12 afirmativamente. Seria o mesmo procedimento adotado no caso de impossibilidade de
13 participação presencial por motivo de doença. O conselheiro **Prof. Dr. Marko Synésio**
14 **Alves Monteiro** disse que temia que, burocraticamente, houvesse algum problema pelo
15 docente ser interno e não estar doente. Perguntou qual seria exatamente o procedimento
16 que deveria ser realizado. A **Sra. Presidente** respondeu que deveria ser solicitada a
17 autorização de excepcionalidade com a justificativa de o docente ser de outro campus. O
18 conselheiro **Prof. Dr. Marko Synésio Alves Monteiro** perguntou se a autorização seria por
19 escrito e onde ela deveria constar. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli**
20 esclareceu que a justificativa deveria constar no sistema da DAC. Ela deveria ser colocada
21 quando eles fossem inserir a banca. A **Sra. Presidente** reafirmou que seria necessário
22 apenas inserir a justificativa de que se tratava de um membro interno de outro campus.
23 Assim sendo, julgava que não seria necessário mudar o Regimento Geral. Ela o faria
24 apenas se a CCPG tivesse um entendimento contrário ao dela. O conselheiro **Prof. Dr.**
25 **Enelton Fagnani** pediu a palavra e disse que, primeiramente, queria agradecer muitíssimo
26 a sensibilidade da CCPG àquela questão. Por serem de campus externos, aquele era um
27 grande problema enfrentado pela FCA, FT e FOP. A distância física era um empecilho e
28 gerava custos. Afirmou que, realmente, não via necessidade de alterarem o Regimento
29 Geral. Somente queria ter o aval da CCPG para a realização daquele procedimento. Disse
30 que, para não ter problema para as próximas gestões, o programa iria fazer uma Instrução
31 Normativa sobre aquela possibilidade. A **Sra. Presidente** perguntou se alguém mais queria

1 fazer alguma observação. Como não houve mais nenhuma manifestação, concluiu que
2 todos concordaram que não seria preciso alterar o Regimento Geral. Em seguida, disse
3 que iria compartilhar com o plenário um problema que a estava preocupando e gostaria de
4 resolvê-lo. Disse que todos conheciam a CAPES e sabiam que quando chegava o fim do
5 ano e iria sobrar recursos financeiros ela lançava programas para utilizá-los. No ano anterior
6 eles tinham inventado o PROEXT-PG, que não tinha sido previsto, e, a toque de caixa, a
7 CAPES tinha repassado o recurso aos coordenadores indicados e somente depois os
8 projetos tinham sido encaminhados à CAPES. Da mesma forma como tinha acontecido em
9 2024, a CAPES tinha lançado o Programa Pró-Equipamentos. A CAPES fez um
10 levantamento e, considerando a nota dos programas, a região do país etc., fez a distribuição
11 de recursos para cada instituição. A UNICAMP receberia R\$2.212.000,00, assim que ela
12 definisse e indicasse, até o próximo dia 12 de dezembro próximo futuro, quem seria o
13 Coordenador daquele Programa. O projeto da universidade, que agruparia as solicitações
14 de compra de equipamentos dos programas de pós-graduação, poderia ser encaminhado
15 até fevereiro de 2025, mas o nome do coordenador tinha que ser encaminhado, até a data
16 anteriormente mencionada, pois a CAPES tinha que empenhar o recurso no nome dele
17 antes do final do ano. O Coordenador indicado para o Pró-Equipamentos não poderia ser
18 substituído até o final do projeto, que teria a duração de dois anos. Normalmente, a Pró-
19 Reitoria assumia a coordenação. Entretanto, como a sua gestão terminaria no final de
20 março ou no início de abril, ela não gostaria de assumir a gestão daquele projeto. Assim
21 sendo, perguntou se algum dos coordenadores presentes aceitaria assumir aquela
22 responsabilidade. A **Profa. Dra. Cláudia Regina Cavaglieri** perguntou se não poderia ser
23 indicada a atual assessora da PRPG. A **Sra. Presidente** respondeu que não achava
24 adequado, pois a Profa. Cláudia já tinha sido indicada como coordenadora do PROEXT-
25 PG. Explicou que, como Pró-Reitora, já tinha vários projetos da Unicamp em seu nome. A
26 CAPES tinha mudado a sua forma de gerir recursos e, como todos sabiam, cada
27 coordenador tinha o cartão pesquisador, que era vinculado ao seu CPF, para efetuar
28 pagamentos referentes ao seu respectivo projeto. Não gostaria de continuar com a
29 responsabilidade pelos recursos do novo Pró-Equipamentos por mais dois anos, pois tinha
30 outros planos acadêmicos para realizar depois do término de sua gestão como Pró-Reitora.
31 Para tentar resolver aquele problema, estava indagando se alguém se candidatava como

1 coordenador daquele programa. Esclareceu que o projeto institucional do Pró-
2 Equipamentos seria feito pela gestão atual e encaminhado à CAPES até o dia 17/02. A
3 PRPG seria responsável pela gestão financeira e seriam seguidos os procedimentos
4 habituais. Em sendo aprovado o projeto, o programa de pós-graduação que solicitou o
5 equipamento faria três cotações e encaminharia toda a documentação para análise da
6 PRPG. Estando tudo em conformidade, o programa entraria em contato com os
7 fornecedores para emissão das Notas Fiscais e dos Boletos para a efetivação do
8 pagamento com o cartão pesquisador do Coordenador institucional do projeto. A **Profa.**
9 **Dra. Cláudia Regina Cavaglieri** disse que entendia a situação, mas considerava que
10 alguém da gestão atual deveria ser indicado como coordenador. Em sua opinião, um
11 assessor da PRPG, por já ter tido vivência com aquele tipo de questão, deveria ser o
12 responsável pelo gerenciamento daquele recurso que seria institucional. A **Sra. Presidente**
13 disse que consultaria a Prof. Elias sobre aquela possibilidade, mas deixaria aberta a
14 oportunidade para a indicação de qualquer coordenador que quisesse se candidatar para
15 aquela tarefa. Informou que, felizmente, a CAPES tinha aberto a possibilidade de os
16 pagamentos serem feitos pela internet. Assim sendo, os coordenadores de projetos não
17 precisariam, necessariamente, fazê-los exclusivamente de forma presencial. Aquele fato
18 tornaria a tarefa deles menos trabalhosa. Finalizando o assunto, disse que a PRPG enviaria
19 um e-mail para os programas elegíveis informando o volume máximo de recursos para a
20 submissão de pedidos de compra de equipamentos estabelecidos pela CAPES. A ideia era
21 que todos encaminhassem as suas propostas até o fim de janeiro, pois até 15 de fevereiro
22 a PRPG teria que encaminhar o projeto institucional. O recurso seria depositado na conta
23 do coordenador que fosse indicado, mas ele somente estaria disponível para ser gasto no
24 próximo ano. A **Profa. Dra. Cláudia Regina Cavaglieri** perguntou se poderiam solicitar a
25 compra de equipamentos de pequena monta ou somente multiusuário. A **Sra. Presidente**
26 respondeu que o Pró-Equipamentos da CAPES não seria para equipamentos multiusuário.
27 Informou que, inclusive, no dia anterior tinha sido anunciado no CONSU que a Unicamp
28 tinha recebido da FINEP uma dotação de R\$ 19 milhões para aquisição de equipamentos
29 multiusuário. A PRP que iria cuidar daquele projeto e divulgaria aquela oportunidade.
30 Concluiu afirmando que o projeto para equipamentos multiusuários seria tratado com a PRP
31 e a FINEP e o Pró-Equipamentos da CAPES com a PRPG. Em seguida, o **Sr. Fernandy**

1 **Ewerardy de Souza** pediu a palavra e disse que a DAC recebeu uma consulta sobre a
2 diplomação póstuma. A proposta de inclusão de sua previsão no Regimento Geral tinha
3 sido aprovada pela CCPG, mas ainda não tinha sido submetida à CEPE. Assim sendo,
4 como não havia uma legislação vigente que tratasse daquela questão, perguntou como a
5 DAC deveria proceder. A **Sra. Presidente** confirmou a informação de que o processo ainda
6 estava na Procuradoria Geral. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** comentou que a
7 diplomação solicitada estava prevista para o dia 15 de fevereiro. A **Sra. Presidente** afirmou
8 que iria solicitar rapidez à PG para tentar que o processo entrasse na pauta da próxima
9 reunião da CEPE, que ocorreria na primeira semana de fevereiro. Não havendo mais
10 assuntos a serem tratados, deu por encerrada a Reunião da CCPG. Agradeceu a presença
11 de todos os conselheiros e desejou-lhes um bom fim de ano.

NOTA: A presente Ata foi aprovada na **423^a**
Reunião Ordinária da CCPG, realizada em 12 de
fevereiro de 2025.